



CULTURA E CIDADES PATRIMONIALIZADAS EM MINAS GERAIS: por um planejamento urbano etnográfico e decolonial

Autores:

Flora Del Rei Lopes Passos - Universidade Federal de Minas Gerais - floralopespassos@gmail.com

Rodrigo da Cunha Nogueira - Universidade Federal de Ouro Preto - rodrigocunhanogueira@gmail.com

Resumo:

A partir do imbricamento entre gestão patrimonial e planejamento urbano nas cidades patrimonializadas do estado de Minas Gerais, aquelas que integram conjuntos arquitetônico e urbanísticos tombados nos fins da década de 1930, propomos aprofundar o debate sobre outros caminhos epistemológicos e possibilidades de atuação a nível local que sejam socialmente referenciados. Abordamos a institucionalização do patrimônio cultural urbano em nível federal, incluindo dados sobre os tombamentos e investimentos recentes na execução de obras com recursos públicos. E buscamos trazer para o debate referenciais teóricos que nos auxiliam a pensar em um planejamento urbano que seja etnográfico e decolonial. Etnográfico no sentido de resultar das vivências cotidianas dos moradores dessas cidades, e decolonial, porque acreditamos na construção de processos alicerçados nessas vivências locais para a formação dos saberes e para a necessária ressignificação do patrimônio cultural.

CULTURA E CIDADES PATRIMONIALIZADAS EM MINAS GERAIS

Por um planejamento urbano etnográfico e decolonial

INTRODUÇÃO

O debate acerca da apropriação, do caráter político e do interesse comum no campo da preservação do patrimônio cultural, numa perspectiva do direito à cidade, tem se tornado cada vez mais importante, dentro e fora das instâncias institucionais, para a construção de políticas públicas que integram a gestão patrimonial ao planejamento urbano.

A institucionalização do patrimônio cultural brasileiro completou recentemente 80 anos de trajetória, tendo sua origem relacionada ao projeto de identidade nacional do período do Estado Novo, governado por Getúlio Vargas, e marcada pela criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, e pela instituição do tombamento, através do Decreto-Lei nº 25 de 1937. Ao analisar os processos de tombamento da denominada fase “heroica” do órgão federal, Maria Cecília Londres Fonseca (2005) se concentra nos preceitos estéticos e preconceitos cronológicos dos artistas modernistas para explicar a forte tendência em prestigiar os monumentos arquitetônicos do barroco mineiro do período colonial – arquitetura de “pedra e cal” – e do modernismo, desprezando, por exemplo, o estilo eclético da arquitetura, a arte popular, bem como, o patrimônio arqueológico e paisagístico.

Grande parte dos tombamentos desta fase inicial se concentra no estado de Minas Gerais, destacando-se os tombamentos de templos religiosos de arquitetura barroca e dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro e Congonhas. Com exceção do conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas, inscrito em 1941 no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, os demais foram inscritos, em 1938, no Livro de Tombo das Belas Artes, o que demonstra a atribuição de valor a essas cidades enquanto obras de arte e a afirmação dos paradigmas da monumentalidade e excepcionalidade no campo do patrimônio material.



Figuras 1, 2 e 3: Conjuntos Arquitetônicos e Urbanísticos em Minas Gerais - Ouro Preto, à esquerda; Mariana, no centro; e Serro, à direita. Fonte: autoria pessoal.

Ainda que a dimensão material tenha permanecido como foco das ações preservacionista em âmbito federal, a Constituição de 1988 significou, nos campos teórico e prático, um marco na ampliação conceitual do patrimônio, sendo entendido enquanto referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, não sendo assim mais responsabilidade única do Estado e incluindo os bens de natureza imaterial. O período de redemocratização do país foi fundamental nas linhas de ação dos órgãos de preservação – nas esferas municipal, estadual e federal – e das Prefeituras Municipais, que ganharam autonomia na implementação de políticas culturais e urbanas. Contudo, mesmo com as regulamentações, os desafios da integração entre gestão patrimonial e planejamento urbano são enormes, ainda hoje, e as ações voltadas à preservação continuam no sentido de “salvar” monumentos em risco de arruinamento pelo precário estado de conservação em que se encontram. Um patrimônio cultural que parece representar o homem branco, católico e colonizador.

Cabe ressignificar o patrimônio cultural institucionalmente reconhecido nas cidades patrimonializadas mineiras, colocando em primeira voz os seus moradores. Neste sentido, defende-se uma possibilidade de planejamento urbano *etnográfico*, que considera as vivências cotidianas e a apropriação dos espaços comuns pelos sujeitos sociais na construção de políticas públicas integradas; e *decolonial*, a partir da construção de uma epistemologia do Sul (SANTOS, 2011), que provoca um posicionamento e uma atitude contínua de transgredir, intervir, insurgir e incidir, denotando um caminho de luta na qual podemos visibilizar construções alternativas (WASH, 2009).

Sob esta perspectiva, o presente artigo propõe, primeiramente, abordar a institucionalização do patrimônio cultural urbano em nível federal, nas cidades que integram sítios urbanos tombados característicos do período colonial em Minas Gerais, incluindo dados sobre os processos de tombamento do patrimônio material e de investimentos recentes na execução de obras com recursos públicos. E, então, colocar em diálogo referenciais teóricos que auxiliam a refletir sobre outros caminhos epistemológicos e de atuação a nível local, socialmente referenciados, para o debate no campo da gestão patrimonial e do planejamento urbano.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO NO BRASIL

Entre as décadas de 1920 e 1930 se iniciaram os primeiros passos para as ações de proteção do patrimônio cultural no Brasil, a partir do reconhecimento da “arquitetura colonial brasileira” concentrada, em grande parte, nas cidades de Minas Gerais. Conforme Pinheiro (2017) este interesse inicial pela preservação teve papel importante do engenheiro português radicado em São Paulo, Ricardo Severo, e pelos artistas modernistas. Em 1924, ocorre a *Viagem de Descoberta do Brasil*, quando Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Dona Olívia Guedes, dentre outros, encontram-se com os intelectuais mineiros Carlos Drummond de Andrade e Gustavo Capanema em Minas Gerais. Na segunda metade da década de 1920 a cidade de Ouro Preto-MG recebe uma série de intervenções públicas, como reparos de chafarizes e intervenções pontuais em igrejas, e “*começa a aparecer no epicentro das atenções, bem como seu artista maior, o Aleijadinho*” (PINHEIRO, 2017, p. 14).

O ano de 1930 é marcado pela ruptura da chamada política do café-com-leite e a ascensão do Getúlio Vargas como Presidente. Em simetria com sua política populista e com um projeto de identidade da Nação, em 1933, a cidade de Ouro Preto foi elevada a Monumento Nacional. Com Gustavo Capanema como Ministro de Educação e Saúde Pública e a colaboração de Mário de Andrade na apresentação da proposta, em 1936, começou a funcionar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Integrando o quadro do novo órgão estavam Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, o que configura “*de forma mais que emblemática, a imbricação da arquitetura modernista nas raízes da arquitetura tradicional, sempre destacada*” (PINHEIRO, 2017, p. 28). Conforme apontam as pesquisas de Maria Cecília Londres Fonseca (2005) e Lia Calabare (2009; 2017) o projeto idealizado por Mário de Andrade para que o SPHAN conseguisse “*determinar e organizar o tombamento, sugerir a conservação e defesa, determinar a conservação e restauração, sugerir aquisição e fazer os serviços de publicidade necessários para a propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional*” (CALABARE, 2017, p. 35), era amplo e sugeria a pluralidade cultural. Contudo, para além de questões jurídicas em que se esbarrava, a proposta ia de encontro ao projeto de unidade nacional do governo getulista (FONSECA, 2005).

Em 13 de janeiro de 1937, pela Lei no 378 e através do Decreto-Lei no 25 de 30 de novembro de 1937, foi respectivamente criado e organizado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan. O decreto foi o responsável pela organização do Serviço do Patrimônio e está vigente, com poucas alterações, até os dias de hoje. (CALABARE, 2017, p. 39)

Ao analisar os processos de tombamento da denominada “fase heroica” (1937 a 1967) do órgão federal, Maria Cecília Londres Fonseca (2005) se concentra nos preceitos estéticos e preconceitos cronológicos dos artistas modernistas para explicar a forte tendência em prestigiar os monumentos arquitetônicos do barroco mineiro do período colonial – arquitetura de “pedra e cal” – e do modernismo, desprezando, por exemplo, o estilo eclético da arquitetura, a arte popular, bem como, o patrimônio arqueológico e paisagístico.

Dos 745 tombamentos realizados nesta “fase heroica”, 168, ou cerca de 23%, estavam concentrados em Minas Gerais, refletindo a origem dos membros do grupo fundador do SPHAN (AZEVEDO, 2017). Destaca-se no período os tombamentos dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro e Congonhas. Com exceção do conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas, inscrito em 1941 no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagísticos, os demais foram inscritos, em 1938, no Livro de Tombo das Belas Artes, o que demonstra a atribuição de valor a essas cidades enquanto monumentos e obras de arte. Nota-se, ainda, conforme a Tabela 01, o volume significativo de tombamentos de templos religiosos católicos, representativos da arquitetura barroca do período colonial, e alguns exemplares da arquitetura civil, de equipamentos públicos (chafarizes e pontes) e de bens móveis (fontes, oratórios, imagens sacras), também construídos no século XVIII.

Tabela 01: Número de bens materiais tombados à nível federal por tipologia em Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro e Congonhas

MUNICÍPIO	BENS MATERIAIS TOMBADOS PELO IPHAN				
	CONJUNTOS URBANOS	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS (CHAFARIZES/PONTES)	ARQUITETURA CIVIL	TEMPLOS RELIGIOSOS CATÓLICOS	BENS MÓVEIS
Ouro Preto	1	12	5	27	2
Mariana	1	0	5	15	1
São João Del Rei	1	0	1	4	0
Tiradentes	1	1	2	7	0
Diamantina	1	0	6	7	0
Serro	1	0	1	3	0
Congonhas	1	0	0	2	1

Fonte: autoria própria com base nos dados do Arquivos Noronha Santos (<http://portal.iphan.gov.br/ans/>)

Importante destacar que a grande maioria dos tombamentos materiais contabilizados na tabela acima estão compreendidos no período entre 1937 e 1967, fase heroica conforme denomina Fonseca (2005). Para a autora, a prioridade nos processos de tombamento foi dada aos “(...) remanescentes da arte colonial brasileira, justificada pelos agentes institucionais como decorrência do processo de urbanização que já se acelerava e colocava em risco de desaparecimento definitivo de tais exemplares” (FONSECA, 2005, p. 107). Do mesmo modo, para o pesquisador José Reginaldo Gonçalves (2002), desde a primeira metade do século XX, a proteção do “patrimônio histórico e artístico” nacional foi justificada pela identificação de uma situação de desaparecimento e destruição de monumentos históricos e obras de arte no país, o que o autor chama de “retórica da perda”.

De fato, as décadas de 1950 e 1960 são marcadas pela forte industrialização do país e, conseqüentemente, por um processo de urbanização acelerado nas cidades, não apenas nos grandes centros urbanos. No caso das cidades patrimonializadas mineiras é um período de chegada de grandes empresas de exploração mineral, por exemplo, com forte influência nas dinâmicas de ocupação territorial, ainda muito presente. No campo da preservação do patrimônio cultural, o regime militar não significou a repressão no setor, por ser entendido como fator de unidade nacional (AZEVEDO, 2017), mas marcou um momento de poucos recursos e de parcerias com instituições internacionais, como a UNESCO, visando o desenvolvimento turístico e econômico no âmbito urbano.

Com relação aos programas voltados especificamente às cidades patrimonializadas, cabe destacar neste período o Programa das Cidades Históricas - PCH (1973-1983), que se concentrou primeiramente na região Nordeste e posteriormente se estendeu para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Em linhas gerais, o PCH conferiu relevância a questões territoriais para a preservação, mas se restringiu à recuperação de monumentos desconsiderando os tecidos históricos (CORRÊA, 2014 apud LEAL, 2017), com foco principal na exploração turística de cada cidade e sem abrangência nacional. Conforme aponta Márcia Sant'Anna (2015), entre 1973 e 1983 foram investidos no PCH cerca de 73,8 milhões de dólares, incluídas as contrapartidas dos estados, um montante de recursos com que nunca mais a área do patrimônio viria a contar.

Voltado à potencialização turística e econômica, o *“Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”*, no Pelourinho, implantado pelo Governo do Estado da Bahia em 07 etapas, é um dos principais exemplos de projetos de renovação de centros antigos no Brasil, com impactos sociais graves, destacando-se um processo de gentrificação em massa, principalmente, na primeira etapa do programa (1992 a 1995), transformando antigas moradias em comércios e serviços voltados ao turismo.

Nos fins da década de 1970 uma nova política cultural no âmbito federal desviou o foco dos sítios urbanos e naturais para bens imateriais, aliviando o orçamento do órgão e como uma tentativa de cooptação de setores populares para a transição democrática gradual no país (AZEVEDO, 2017). Conforme aponta a pesquisadora Márcia Chuva (2017), os anos de 1980, por sua vez, foram de luta, de mudança e, principalmente, de esperança no Brasil, ao mesmo tempo que os tipos de bens passíveis de patrimonialização e as perspectivas sobre eles também se transformaram, como é o caso do tombamento do Terreiro da Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, em Salvador-BA, exemplo emblemático das lutas para inclusão de representações de grupos de identidade diversificados na categoria de patrimônio cultural brasileiro, por meio da demanda de movimentos sociais que se apropriaram dos instrumentos disponíveis, como o tombamento, em favor dos interesses das minorias (CHUVA, 2017, p. 83)

[...] o paradigma da excepcionalidade do patrimônio nacional que marcou a ação institucional passava a conviver com a compreensão do bem como peça do cotidiano, do mundo do trabalho, de religiosidades não dominantes, dos subalternos e das minorias e, nem por isso, menos significativo como referência de identidades e como fonte para a produção de conhecimento sobre a história do Brasil (CHUVA, 2017).

Neste sentido, a Constituição de 1988 significou, nos campos teórico e prático, um marco na ampliação conceitual do patrimônio, sendo entendido enquanto referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, não sendo assim mais responsabilidade única do Estado e incluindo os bens de natureza imaterial. O período de redemocratização do país foi fundamental nas linhas de ação dos órgãos de preservação – nas esferas municipal, estadual e federal – e das Prefeituras Municipais, que ganharam autonomia na implementação de políticas culturais e urbanas.

Para Nabil Bonduki (2010 apud LEAL, 2017), os programas voltados ao patrimônio cultural urbano, implementados até a década de 1990, não apresentaram propostas efetivamente sustentáveis por estarem focadas, prioritariamente, no desenvolvimento econômico, o que comprometeu a criação e preservação das redes de relações necessárias para manutenção de um meio cultural plural.

Dentre os programas mais recentes implantados em cidades patrimonializadas estão: o Programa Monumenta (1996-2010) e o PAC Cidades Históricas (2009-aos dias atuais). O primeiro deles surgiu subordinado ao Ministério da Cultura (MinC) em 1996 e após 2005 passou a ser implementado pelo IPHAN, buscando:

[...] gerar condições de desenvolvimento local e garantir a manutenção e a continuidade das ações pelos próprios atores municipais. A estruturação das ações para cada cidade fundamentou-se na implementação de atividades ligadas ao turismo cultural, tido como principal, ou única, alternativa viável para aliar o desenvolvimento local à preservação (DIOGO, 2009, p. 17).

Vale destacar o imbricamento do programa aos ideários neoliberais, ao associar a restauração de imóveis privados, por exemplo, a uma proposta de diversificação de usos voltados ao turismo. No entendimento dos representantes do IPHAN, as críticas ao discurso da “sustentabilidade” no modelo de transformação estrutural voltado ao turismo fizeram com que, em 2003, o programa se redirecionasse, incluindo investimento no reconhecimento de outras potencialidades das cidades e na restauração para manutenção da moradia e requalificações de espaços públicos (DIOGO, 2009). O desafio proposto pelo Monumenta era abranger todo o território nacional e se desenvolver como um programa que servisse como modelo, envolvendo organismos financiadores e agências multilaterais (TADDEI NETO, 2003 apud LEAL, 2017) e com a intenção de desenvolver uma política de gestão urbana do patrimônio cultural baseada na potencialização do desenvolvimento econômico e social das cidades (LEAL, 2017).

Para além das dificuldades na descentralização da gestão do patrimônio cultural, especialmente devido à falta de estruturação técnica das prefeituras municipais – especialmente nas pequenas e médias cidades –, nota-se, a despeito do discurso da abrangência nacional, uma concentração de ações nos municípios com conjuntos urbanos representativos da “arquitetura colonial”, caso de Salvador na Bahia e Ouro Preto em Minas Gerais.

O PAC Cidades Históricas, lançado em 2009 e efetivado apenas a partir de 2013, com abrangência em 44 municípios, é o programa mais recente no campo da preservação do patrimônio cultural urbano na esfera federal e surge como proposta de desdobramento dos “Planos de Ação para as Cidades Históricas”, elaborados pelo IPHAN, a partir de uma chamada pública a 188 municípios com tombamentos e/ou registros federais e, supostamente, de oficinas participativas realizadas pelos Municípios com os moradores. Assim, a proposta, em sua gênese, parece indicar uma nova base para a gestão patrimonial nas cidades patrimonializadas, com maior autonomia municipal, sendo que as prioridades de intervenção seriam definidas “por via de análises integradas do espaço urbano, não se restringindo ao

perímetro protegido ou aos bens tombados, mas estipulando estratégias de preservação que viabilizassem o desenvolvimento urbano e social” (LEAL, 2017, p. 43).

Não obstante, em análise ao documento “Orientações para apresentação de propostas” (MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN, 2013) Leal (2017) aponta que havia um direcionamento do investimento às cidades declaradas Patrimônio da Humanidade, às cidades detentoras dos maiores conjuntos urbanos em situação de risco ao patrimônio edificado, e àquelas detentoras de conjuntos urbanos que constituem marcos no processo de ocupação do território nacional, a exemplo das cidades mineiras analisadas nesta pesquisa, Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Diamantina, Serro e Congonhas, com exceção de Tiradentes, não contemplada pelo Programa.

O número de bens abrangidos pelo PAC Cidades Históricas nas cidades patrimonializadas em Minas Gerais, por tipologia, e o total de recursos investidos em cada uma, até a presente data, pode ser verificado na Tabela 02.

Tabela 02: Número de bens contemplados pelo PAC-CH por tipologia em Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Diamantina, Serro e Congonhas e total de recursos federais investidos até outubro/2018

MUNICÍPIO	BENS MATERIAIS CONTEMPLADOS PELO PAC-CH				
	ESPAÇOS PÚBLICOS (RUAS/PRAÇAS)	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS (CHAFARIZES/PONTES)	ARQUITETURA CIVIL	TEMPLOS RELIGIOSOS CATÓLICOS	TOTAL DE RECURSOS INVESTIDOS
Ouro Preto	1	22	0	20	R\$ 6.162.604,11
Mariana	1	0	7	11	R\$ 7.374.768,88
São João Del Rei	2	4	5	7	R\$ 1.696.273,26
Diamantina	5	0	7	3	R\$ 2.087.845,06
Serro	4	0	4	4	R\$ 741.563,98
Congonhas	2	0	4	3	R\$ 10.566.308,30
TOTAL	15	26	27	48	R\$ 28.629.363,59

Fonte: autoria própria com base nos dados fornecidos pelo IPHAN.

Sobre os dados da tabela acima (Tabela 02) é importante ressaltar que foram considerados os números de bens materiais e não de ações, uma vez que em alguns casos uma mesma ação do PAC CH abrange mais de um bem, como é o caso da restauração dos 22 chafarizes no município de Ouro Preto.

Com relação ao total de recursos investidos pelo Programa (R\$ 28.629.363,59), R\$ 21.465616,75 se referem a obras sendo: 02 obras em Ouro Preto (restauração de 22 chafarizes; e restauração civil de 01 templo religioso); 02 obras em Mariana (restauração parcial em 02 templos religiosos); 01 obra em São João Del Rei (requalificação urbanística de espaços públicos); 01 obra em Diamantina (requalificação urbanística de espaço público); e 06 obras em Congonhas (restauração em 03 templos religiosos, em 01 sobrado e requalificação urbanística em dois espaços públicos). O restante dos recursos foi investido na elaboração de projetos, devendo se considerar que novas obras poderão ser iniciadas, caso o programa seja mantido em 2019 sob a nova gestão presidencial.

De um modo geral, nota-se que nos municípios que integram conjunto arquitetônicos e urbanísticos tombados em Minas Gerais, a ênfase do programa se deu, principalmente, em obras de restauração de monumentos, mais especificamente em templos religiosos, bens

tombados isoladamente contabilizados na Tabela 01. Isto ocorre especialmente nos municípios de Ouro Preto e Mariana.

Como levantado anteriormente, os processos de tombamento pelo SPHAN no fim dos anos 1930, são enxergados como um ato de “salvamento” do patrimônio material reconhecido institucionalmente. É possível dizer que os investimentos na restauração de monumentos em curso nas cidades patrimonializadas mineiras, via PAC Cidades Históricas, também se devem a um ato de “salvamento”? De fato, grande parte dos templos religiosos católicos, de propriedade da Arquidiocese de Mariana, se encontram em precário estado de conservação devido à falta de manutenção cotidiana, ou da chamada conservação preventiva.



Figuras 4, 5 e 6: Em Mariana/MG - Obras em execução na Catedral da Sé, à esquerda; Praça Minas Gerais com a Igreja de São Francisco em primeiro plano interditada há cinco anos, no centro; Casa do Conde de Assumar em ruínas, à direita.

Fonte: autoria pessoal.

O que justifica os investimentos públicos na restauração de alguns monumentos em detrimento de outras ações que visam a salvaguarda do patrimônio cultural? Essas obras funcionam como catalisadores de processos de valorização das memórias coletivas? Como são tomadas as decisões no campo da cultura nessas cidades patrimonializadas? Os moradores têm sido escutados? Essas são algumas questões que surgem quando se reconhece o imbricamento entre gestão do patrimônio e planejamento urbano e a importância da ressignificação, pelos moradores, do patrimônio cultural institucionalizado das cidades.

POR UM PLANEJAMENTO URBANO ETNOGRÁFICO E DECOLONIAL

Até os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça. (Provérbio Africano)

Ao adotar a ideia de “simultaneidade simbólica”, Henri Lefebvre (2011) afirma que cada época histórica constrói uma centralidade específica e, na cidade capitalista moderna, a dimensão lúdica – ligada ao imprevisto, ao jogo das relações sociais, aos encontros, ao “teatro espontâneo” – muitas vezes se entrelaça à dimensão do consumo, que é o tipo peculiar e específico de centralidade criado pela cidade capitalista. Nessa cidade, o domínio prevalece

sobre a apropriação, negando a possibilidade do lúdico no espaço urbano, agora instrumentalizado para o turismo e a diversão programada e previsível (LEFEBVRE, 2011).

Na medida em que a cidade se torna apropriável apenas por alguns, *“deixa de ser direito e se configura em privilégio, fenômeno cada vez mais comum na configuração das cidades brasileiras”* (SIMÃO, 2017, p. 64) e, especificamente, nas cidades patrimonializadas.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização pratico-sensível. (LEFEBVRE, 2011, p. 117/118)

José Reginaldo Gonçalves (2002) sugere que a noção de “apropriação” desempenha função central nos discursos do patrimônio cultural, pois é uma resposta necessária à fragmentação e à transitoriedade dos objetos e valores: *“apropriarmo-nos de alguma coisa implica uma atitude de poder, de controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação, implicando também um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade”* (GONÇALVES, 2002, p. 24)

Sob esta perspectiva, defendemos neste artigo uma possibilidade de planejamento urbano *etnográfico* resultante das vivências cotidianas dos moradores que ressignificam constantemente o território e guardam relação com os sentidos e sensações na cidade. Neste sentido, é fundamental romper com a retórica do patrimônio relacionado à excepcionalidade ou autenticidade inerentes aos objetos para justificar processos de controle simbólico, uma vez que *“o patrimônio é aquilo que os grupos ou pessoas convêm entender como tal, e seus valores não são já algo inerente, indiscutível ou objetivo, senão algo que as pessoas projetam sobre eles”* (VINAS, 2004, p. 152).

[...] a permanência dos bens patrimonializados está condicionada à existência de efetiva ligação entre os fragmentos do passado preservados em sua materialidade e os sucessivos significados atribuídos pelos diversos grupos que com eles conviveram ao longo do tempo. O valor intrínseco até então atribuído a esses bens é posto em questionamento, na medida em que a perspectiva da preservação é invertida, ou seja, é a partir do olhar dos sujeitos que se justifica a permanência dos bens. (SIMÃO, 2017, p. 46)

Ulpiano Bezerra de Meneses (2006) entende a cidade a partir de três dimensões. Primeiro, a da cidade como *artefato*, ou seja, coisa feita, fabricada, ao qual se impôs, segundo padrões sociais, uma forma ou uma função ou um sentido. Segundo o autor, foi nesta condição de artefato que a cidade mereceu maior atenção dos estudiosos. A segunda dimensão é a do *campo de forças*, já que essa cidade é produzida no interior de relações, de tensões, conflitos, de natureza territorial econômica, política, social, cultural. E, além de produto, o artefato é vetor de reprodução deste campo de forças. No entanto, conforme o autor, as práticas que

dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato também lhe dão sentido e inteligibilidade e, assim, a cidade é também *representação*, imagem. O autor sugere pensar a cidade como bem cultural, “*marcada diferencialmente por sentidos e valores, instituídos nas práticas sociais e necessários para que estas se revistam da marca específica da condição humana*” (MENESES, 2006, p. 39). E ressalta o município – e não o estado, a região, o país, o mundo – como lócus privilegiado da fruição concreta, aprofundada e diversificada da cidade como bem cultural.

O ponto de partida tácito é que o patrimônio é construção social e, assim sendo, torna-se necessário considerá-lo no contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido. A preservação, como toda prática, consiste em ações simbólicas, desenvolvidas em arenas ou situações sociais por sujeitos (indivíduos e instituições) estruturalmente posicionados a partir de motivações e estratégias referidas a sistemas de forças sociais [...]. Cabe indagar, portanto, qual é o objeto dessa prática, quais são os sujeitos que a põem em marcha, em que condições e quadro institucional isso ocorre, e que valores ela, por sua vez, mobiliza. Essas questões exigem obviamente que a reflexão seja fortemente referenciada pela pesquisa empírica. (ARANTES, 2006, p. 425)

Ao criticar o modelo de planejamento urbano modernista, que “*desincorpora o presente*”, James Holston (1996), defende as “*cidadanias insurgentes*” e um planejamento baseado em uma “*possibilidade etnográfica*”, ou seja, que busque situações que envolvam na prática a natureza problemática do pertencer à sociedade e que corporifiquem tais problemas como narrativas sobre a cidade.

[...] de um lado, o projeto de futuros dirigidos pelo estado, que podem ser transformativos, mas resultam sempre em uma política específica; e, do outro, o projeto de comprometer planejadores com as formas insurgentes do social, que muitas vezes derivam do primeiro e o transformam, mas que de importantes maneiras estão fora do estado e são heterogêneas. Essas formas são encontradas tanto nas manifestações organizadas de base quanto em práticas cotidianas que, de diferentes maneiras, legitimam, parodiam, desordenam ou subvertem as agendas do estado (HOLSTON, 1996, p. 249).

Em uma perspectiva similar, Faranak Miraftab (2009), em seu artigo “*Insurgent Planning: situating radical planning in the global South*”, sugere que para além dos “*espaços convidados*” (ou seja, aqueles oficiais e institucionalizados) existem os “*espaços inventados*”, ou seja, ações coletivas que partem da população pobre e confrontam diretamente as autoridades e desafiam o *status quo*. A relação entre os dois tipos de espaços não é dicotômica, mas interacional e mútua. Conforme defende a autora, o *planejamento insurgente* é caracterizado como contra-hegemônico (pois desestabiliza a ordem normal das coisas), transgressor (pois transpassa o tempo e o espaço colocando memória e consciência histórica no centro das atenções) e imaginativo (na medida em que promove um novo conceito de mundo possível e necessário e defende uma sociedade justa). O planejamento insurgente subentende ações coletivas para a transformação da realidade urbana buscando a justiça social nas cidades.

Também próximo ao conceito de planejamento insurgente está o de *planejamento radical*:

As pessoas correntes que não tem poder social próprio podem esperar provocar as transformações que desejam apenas se atuarem coletivamente. Uma vez que desafiam as estruturas existentes de dominação e dependência, as referidas transformações tendem a ser chamadas de radicais, e o planejamento que compartilha estes objetivos é uma forma de planejamento radical (FRIEDMANN, 1991, p. 246).

O autor John Friedmann (2003) explora no artigo “*Toward a Non-Euclidian Mode of Planning*” como deve ser pensado o planejamento em contraposição ao que ele denomina de planejamento "euclidiano", ou seja, mais relacionado ao modelo da engenharia cientificista. Com relação ao tempo, por exemplo, ele levanta a necessidade de o planejamento ser no tempo real, do cotidiano, e não do tempo futuro. Sobre a dimensão espacial, defende a valorização do regional e local em detrimento da escala nacional e transnacional. São três razões pelas quais o autor defende privilegiar o regional e local: 1) necessidade de atentarmos para a variedade existente nas escalas regionais e locais e valorizar essas especificidades; 2) presença da sociedade civil organizada nas decisões públicas; e 3) porque as regiões e localidades são o espaço do dia-a-dia das pessoas. Friedman defende este novo planejamento "não-euclidiano" com cinco características básicas: normativo; inovativo; político; transacional; e baseado no ensinamento social, ou seja, do senso comum.

Vale ressaltar, conforme apontado por TANAKA (2017) que as condições para uma abordagem *radical* ou *insurgente* no planejamento urbano, e para a transformação social são, no Brasil, muito diferentes das abordadas na literatura norte global. Neste sentido, ao fundamentar a importância em ler as experiências de planejamento autônomo nas lutas sociais em andamento nas cidades brasileira, a autora sugere um *planejamento conflitual*, onde as práticas se realizam em contexto de conflitos sociais urbanos e abrem espaço de política e de criação social (TANAKA, 2017, p. 16). Estas experiências de planejamento muitas vezes desafiam os modelos dominantes, principalmente voltados para os interesses do mercado, e denunciam o não cumprimento da função social do solo urbano nas cidades. Os planos, normalmente construídos coletivamente pelos moradores e/ou movimentos sociais com auxílio técnico, se transformam em ferramenta de luta pelo direito à cidade.

Ao mesmo tempo em que defendemos um exercício etnográfico no planejamento urbano das cidades patrimonializadas, sugerimos aprofundar o debate por uma perspectiva *decolonial*, a partir da construção de uma epistemologia do Sul (SANTOS, 2011) que provoca um posicionamento, postura e uma atitude contínua de transgredir, intervir, insurgir e incidir, denotando um caminho de luta na qual podemos visibilizar construções alternativas (WASH, 2009). A necessária *decolonização* e construção de uma epistemologia do Sul surge do entendimento de que a modernidade, em seu período colonizador, criou um sistema de valoração do conhecimento e uma hierarquia do saber e poder onde as nações europeias possuem uma forma de compreensão do mundo superior às demais sociedades (MIGNOLO, 2016). Assim, decolonizar significa reconhecer as outras formas de conhecimento, principalmente os que são construídos a partir da luta por sua valorização (SANTOS, 2011).

É neste sentido que provocamos reflexões sobre os investimentos atualmente em curso em obras de restauração de monumentos nas cidades patrimonializadas mineiras, não por acaso nos bens que foram tombados no fim da década de 1930 e que parecem representar o homem branco, católico e colonizador.

Pensar o planejamento urbano nas cidades patrimonializadas mineiras por uma perspectiva decolonial significa reconhecer, por exemplo, que quem construiu estes monumentos foram os povos negros escravizados a partir de saberes técnicos trazidos da África; e que quem restaura atualmente estes monumentos são, em sua maioria, homens negros com saberes técnicos que não se aprende nos cursos de arquitetura e engenharia. Propomos um debate, assim, sobre a importância de percebermos os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos situados em Minas Gerais não como representações do modo de viver da colonização portuguesa – o que afirmaria uma visão eurocêntrica –, mas como modos de viver e de apropriações contemporâneas em cidades que preservam aspectos de diferentes períodos históricos.

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. (QUIJANO, 2005, p. 118)

Sob esta perspectiva, o sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2010) defende como premissa *“a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento científico”* (SANTOS, 2010, p.25).

Entiendo por epistemología del Sur el reclamo de nuevos procesos de producción y de valoración de conocimientos válidos, científicos y no científicos, y de nuevas relaciones entre diferentes tipos de conocimiento, a partir de las prácticas de las clases y grupos sociales que han sufrido de manera sistemática las injustas desigualdades y las discriminaciones causadas por el capitalismo y por el colonialismo. El Sur global no es entonces un concepto geográfico, aun cuando la gran mayoría de estas poblaciones viven en países del hemisfério Sur. Es más bien una metáfora del sufrimiento humano causado por el capitalismo y el colonialismo a nivel global y de la resistencia para superarlo o minimizarlo. Es por eso un Sur anticapitalista, anticolonial y anti-imperialista. (SANTOS, 2011, p. 35)

No caso das cidades patrimonializadas em Minas Gerais – Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro e Congonhas – é preciso dar voz aos moradores e aos processos de resignificação do patrimônio cultural institucionalizado que ocorrem cotidianamente em apropriações e vivências diversas. A partir de então encontraremos um campo fértil para o debate sobre os caminhos de um planejamento urbano emancipatório, que busque a justiça social e a garantia do direito à cidade e à cultura na cidade, afinal:

[...] a cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e ideias, desses valores e obras surjam um sentido libertário, com forças para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade (CHAUI, 2006, p. 08).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental aprofundar o debate sobre o imbricamento entre gestão patrimonial e planejamento urbano nas cidades patrimonializadas e refletir sobre outros caminhos epistemológicos e possibilidades de atuação a nível local que sejam socialmente referenciados.

Ao abordarmos a institucionalização do patrimônio cultural urbano em nível federal, nas cidades que integram sítios urbanos característicos do período colonial em Minas Gerais – Ouro Preto, Mariana, São Joao Del Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro, Congonhas –, é possível constatar que a atribuição de valor ao patrimônio cultural nos fins da década de 1930, no contexto da formação de uma identidade nacional do Estado Novo, foi focada na monumentalidade e na percepção das cidades mineiras como obras de arte, valorizando, principalmente, a arquitetura representativa do colonizador, com risco de “desaparecimento” pelo acelerado processo de urbanização desencadeado à época.

Para além dos dados referentes aos processos de tombamento do patrimônio material nas cidades patrimonializadas mineiras, ainda hoje, são significativos os investimentos na execução de obras com recursos públicos federais em monumentos, especialmente religiosos, mesmo considerando os importantes avanços conceituais colocados a partir da Constituição Federal de 1988 para a construção das políticas culturais e urbanas. Tais investimentos nos levam a questionar se as justificativas podem estar também atreladas à necessidade de “salvamento” dessas edificações em estado bastante precário de conservação. E, sobretudo, traz para o debate a importância da escuta aos moradores nas tomadas de decisões no campo da cultura nessas cidades patrimonializadas.

Sem a pretensão de trazer respostas, mas sim de levantar questões e apontar para possíveis caminhos epistemológicos voltados para a realidade local, defendemos colocar em diálogo referenciais teóricos dos campos da gestão do patrimônio cultural e do planejamento urbano. Propomos, assim, pensarmos em uma possibilidade de planejamento urbano nas cidades patrimonializadas mineiras que seja *etnográfico* e *decolonial*. Etnográfico no sentido de resultar das vivências cotidianas dos moradores que ressignificam constantemente o território e guardam relação com os sentidos e sensações na cidade, rompendo assim, com a retórica do patrimônio relacionado à excepcionalidade inerentes aos objetos para justificar processos de controle simbólico. E decolonial, porque acreditamos na construção de processos, de formação de conhecimento e de práticas, alicerçadas nos saberes e vivências locais. E, desta forma, defendemos o reconhecimento da ressignificação do patrimônio

cultural, que se dá a partir da apropriação cotidiana pelos moradores dessas cidades patrimonializadas mineiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antônio. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Revista Habitus*. Goiânia: v. 4, n.1, p. 425-435, 2006.

AZEVEDO, Paulo Ormino. Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n. 35, p. 45-63, 2017.

CALABARE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n. 35, p. 33-43, 2017.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n. 35, p. 79-103, 2017.

DIOGO, Érika. O papel do financiamento para a recuperação de imóveis privados no Programa Monumenta. In: IPHAN. *Recuperação de imóveis privados em centros históricos*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf>. Acesso em: maio/2018.

FONSECA, Maria Cecília. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/Iphan, 2005.

FRIEDMANN, John. *Planificación em el ámbito público*. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1991.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n. 24, p. 243-253, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2011.

- MENESES, Ulpiano. A Cidade como Bem Cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. *Revista do Patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.
- MIGNOLO, Valter. *O lado más oscuro del Renacimiento: Alfabetización, territorialidad, y colonización*. Popayán: Universidad del Cauca - Sello Editorial, 2016.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the globalsouth. *Planning Theory*. V. 8 (1), 2009.
- PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n. 35, p. 13-31, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur CLACSO, pp. 118-142, 2005.
- SANT'ANNA, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n. 35, p. 139-155, 2017.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Epistemologías del Sur. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 16, n. 54, p. 17-39, 2011.
- SIMÃO, Cristina. *Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-UFRJ). Rio Janeiro/Ouro Preto: 2017.
- TANAKA, Gisele. Planejamento e Conflitos Sociais: reflexões a partir lutas urbanas. *Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR*. São Paulo: ANPUR, 2017.
- VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.
- WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar – Abya-Yala, 2009.